

**O ambiente de negócios em torno da ZPE Ceará – Parte 1:
Benefícios Fiscais sob a condição de exportar 80% da produção**

Por Yasushi Ninomiya

Empresas estrangeiras que investem no Brasil apontam como um de seus desafios o sistema tributário, complexo e ao mesmo tempo oneroso. Uma das soluções a ser estudada para contornar a excessiva carga dos impostos é investir em zonas francas, que oferecem diversos incentivos fiscais. Até recentemente, a única no país a oferecer redução ou isenção de tributos federais era a Zona Franca de Manaus (ZFM), que conta inclusive com indústrias japonesas de motocicletas e do setor eletroeletrônico. Nos últimos anos, despontam as Zonas de Processamento de Exportação (ZPEs), que possibilitam o aproveitamento de benefícios equiparáveis. Nesta série de três artigos, destacaremos a ZPE do estado do Ceará, que logrou atrair uma siderúrgica que conta com investimentos coreanos, apresentando o potencial das zonas de processamento como um novo destino para as empresas japonesas.

Ceará, a terceira maior economia do Nordeste

O estado do Ceará situa-se na região Nordeste do Brasil, posicionada como a de menor renda per capita do país. Por outro lado, é uma região populosa, e também apresenta relevante potencial para crescimento no futuro. Segundo dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), em 2014 o Nordeste tinha uma população de 25,19 milhões de habitantes, ou 27,9% de todo o Brasil, ao passo que o PIB regional era de R\$ 805,0 bilhões (ou US\$ 251,6 bilhões, convertendo-se pela taxa de câmbio de R\$ 3,2 por US\$ vigente em 14.07.2017), meros 13,9% do total nacional.



Figura 1. Localização da ZPE do Ceará no Brasil

O Ceará, estado tema desta série, apresenta uma economia cujo porte só fica atrás na região Nordeste para a Bahia e Pernambuco. Com uma população de 8,84 milhões de habitantes (15,7% do NE) e PIB de R\$ 126 bilhões (US\$ 39,4 bilhões, 15,7% do NE), possui um PIB per capita de R\$ 14.255 (US\$ 4.454). O PIB cearense por setor apresenta uma fatia de 5,2% para a Agricultura, superior à média nacional, e de 5,2% para a Indústria, abaixo dos 12,0% do país (tabela 1). No entanto, o Ceará implementou uma zona industrial chamada de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) na sua região costeira, fortalecendo os esforços em prol do desenvolvimento industrial do estado.

Tabela 1: Comparativo por setor produtivo do PIB Brasileiro (Total do país X Ceará, 2014)

	Agricultura	Pecuária	Silvicultura e Pesca	Mineração	Indústria	Energia elétrica, gás, água e esgoto, limpeza	Construção civil					
Brasil	3,2	1,4	0,5	3,7	12,0	1,9	6,2					
Ceará	3,0	1,5	0,7	0,5	9,3	2,3	7,1					
	Comércio e oficinas mecânicas	Transporte, armazenagem, correios	Alojamento e alimentação	Informática	Serviços Financeiros	Serviços Imobiliários	Serviços especializados	Administração pública	Educação e saúde privada	Cultura, artes, esportes	Serviços domésticos	
Brasil	13,6	4,6	2,5	3,4	6,4	9,3	8,1	16,4	3,8	1,8	1,2	
Ceará	16,3	3,0	3,5	2,4	3,7	9,7	7,6	22,6	3,4	1,9	1,4	

Em destaque, os setores onde a participação do setor no PIB do Ceará é superior à média nacional.
 Fonte: JETRO-SP com dados do IBGE.

Além dos benefícios fiscais, importação de bens de capital usados tem procedimentos simplificados

As Zonas de Processamento de Exportação (ZPEs) são áreas industriais de livre comércio, constituídas como o objetivo precípua de atrair investimentos de empresas estrangeiras, assimilando e disseminando suas tecnologias avançadas e promovendo a criação de empregos, bem como o desenvolvimento sócio-econômico das regiões onde se situam. Para isso, oferecem diversos incentivos às empresas nelas instaladas, sob a condição de exportarem a partir delas. O regime das ZPEs foi criado pela Lei 2452 de 29/07/1988, sendo disciplinado atualmente pelas leis 11.508/2007, 11.732/2008 e 12.767/2012.

Os benefícios fiscais são, especificamente, a suspensão do IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados), do PIS e do Cofins (tributos destinados a manter o sistema de previdência social) para a aquisição de bens e serviços no mercado doméstico, e adicionalmente, a suspensão do II (Imposto sobre a Importação) e do AFRMM (Adicional para Renovação da Frota da Marinha Mercante) para bens e serviços adquiridos no mercado externo. Já no âmbito estadual, o ICMS (Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços) também goza de suspensão.

Por se situar no nordeste do Brasil, região abrangida por um programa de desenvolvimento regional, ainda é possível aproveitar benefícios tais como a redução de até 75% do IRPJ por 10 anos e o uso do regime de depreciação acelerada.

Além dos incentivos fiscais, as empresas são dispensadas das normalmente compulsórias licenças ou autorizações para importações, desde que não sejam aquelas associadas aos controles de ordem sanitária, de proteção ao meio ambiente ou interesse da segurança nacional; as receitas das exportações podem ser mantidas integralmente em moeda estrangeira, e há ainda a simplificação dos procedimentos de importação, usualmente exigentes em relação à inspeção de similares nacionais e de bens de capital usados – para estes, a própria aquisição em si costuma ser um desafio.

As empresas que tiverem a sua instalação e operação autorizadas numa ZPE podem gozar desses benefícios por 20 anos, e, mediante aprovação governamental, o prazo pode ser prorrogado por mais 20 anos.

Obrigação de exportar mais de 80% para aproveitar os incentivos

É requisito para fazer uso dos incentivos das ZPEs exportar pelo menos 80% da receita líquida do ano calendário (note-se que vendas para outras empresas dentro da própria ZPE são consideradas exportações). O benefício da suspensão tributária é limitado ainda à aquisição de insumos, materiais intermediários, de embalagem e bens de capital utilizados na manufatura.

Para uma empresa poder atuar dentro de uma ZPE, é necessária que haja a prévia aprovação do Conselho Nacional das Zonas de Processamento de Exportação e das autoridades tributárias. É possível ainda realizar vendas no mercado interno, desde limitadas a até 20% da receita antes de tributos; porém, nesse caso, incidem os tributos que de outra forma seriam suspensos. O encargo não se aplica somente aos produtos em si, mas também à importação dos insumos e materiais utilizados na fabricação.

Vale notar que, no Brasil, existe ainda outra zona de livre comércio com isenção de tributos federais, que é a Zona Franca de Manaus (ZFM), que conta com montadoras de motocicletas e indústrias do setor eletroeletrônico. Porém, no caso dela, se por um lado há a vantagem de aproveitar um determinado leque de incentivos, independente das vendas serem internas ou externas, por outro há a exigência de cumprir um PPB (Processo Produtivo Básico), previamente aprovado pelo governo. Já as ZPEs não têm PPB, mantendo-se a liberdade quanto aos processos de fabricação (tabela 2).

Tabela 2. Comparativo de incentivos fiscais ZPE do Ceará e ZFM

Benefício	ZPE do Ceará	Zona Franca de Manaus (ZFM)
Imposto de importação (II) (12%)	Suspensão de 100%	Isenção até 88%
AFRMM (25% do frete)	Suspensão	Isenção
Imposto sobre produtos industrializados (IPI) (0% a 30%)	Suspensão	Isenção
Contribuições à seguridade social (PIS/Pasep e Cofins) (alíquota básica para importação de bens 11,75%)	Suspensão	Redução até 0% ou suspensão
Imposto sobre os rendimentos de pessoa jurídica (IRPJ) (25% a 34%)	Redução de até 75%	Redução de até 75%
Imposto sobre a Circulação de mercadorias e serviços (ICMS)	Suspensão	Compensação de 55% a 100%
Imposto sobre serviços (ISS) (5%)	Redução até 2%	Tributado (5%)
Outros benefícios	Flexibilização dos procedimentos de importação de máquinas usadas (dispensa de análise de similar nacional)	/
	Simplificação dos procedimentos de importação	
	Possibilidade de manter receitas de exportações em moeda estrangeira	
Requisitos a atender para obter os incentivos	Exportar 80% ou mais da receita bruta anual	Cumprimento do Processo Produtivo Básico (PPB).
Outras características	Vendas para o mercado doméstico fora da ZPE não recebem incentivos. Vale dizer, a empresa arcará com os tributos que seriam suspensos para insumos e materiais utilizados na produção dos até 20% vendidos no mercado interno.	Vendas no mercado doméstico fora da ZFM recebem parte dos incentivos.

Obs.1: As alíquotas, citadas entre parênteses, variam de acordo com a forma de operação e o produto. O II citado é a mediana das alíquotas em vigor em nas aduanas em 2014.

Obs.2: Os incentivos aplicam-se a bens e serviços adquiridos fora da Zona, relativos a operações com bens e serviços utilizados em atividades de manufatura praticados dentro dela.

Fonte: Elaborado pela JETRO-SP a partir de dados do MDIC e da ZPE do Ceará (ZPE) e do governo do Amazonas (ZFM).

Atualmente, o Brasil possui 25 ZPEs autorizadas, sendo que 19 delas, em 18 unidades da Federação, estão em fase de implantação efetiva. Em três estados (Acre, Piauí e Ceará), já há projetos industriais em operação.

Observando-se os setores implementados em cada uma delas, verifica-se o predomínio, respectivamente, na ZPE do Acre, de produtos químicos, agrícolas e de madeira; na do Piauí, de produtos agrícolas e de pellets produzidos a partir de resíduos de origem vegetal; e na do Ceará, da siderurgia, abastecimento de minério de ferro e produção de gases industriais, entre outros. Particularmente a ZPE do Ceará goza de superioridade logística, por se situar próxima ao Porto do Pecém, um dos principais terminais da região Nordeste.

--- fim do primeiro artigo ---

O ambiente de negócios em torno da ZPE Ceará – Parte 2: A Competitividade da ZPE do Ceará vista na siderúrgica CSP

Por Yasushi Ninomiya

A ZPE do Ceará, a Zona de Processamento de Exportação com a implementação mais avançada no país, tem em sua estrutura a Companhia Siderúrgica de Pecém (CSP), cujos sócios são a gigante da mineração Vale e as coreanas Dongkuk e Posco. Em operação desde junho de 2016, a empresa apresenta consistente crescimento das exportações. Por se situar no nordeste brasileiro, região distante dos grandes centros econômicos do país, o empreendimento aparentemente apresenta condições desfavorecidas; porém, tirando proveito de quatro fatores positivos – equipamento, recursos humanos, logística de aquisição de insumos e de exportação, e incentivos fiscais, tem operado com competitividade, como veremos neste segundo relatório da série que mostra o ambiente de investimentos ao redor da ZPE do Ceará.

A ZPE do Ceará é uma área industrial de livre comércio, situada no município de São Gonçalo do Amarante, 60 quilômetros a noroeste de Fortaleza, a capital do estado. Inaugurada em junho de 2010, conta com uma área de 6.182 hectares. Em julho de 2017,

as multinacionais que atuavam na ZPE eram a Cia. Siderúrgica de Pecém (CSP), uma joint-venture entre empresas do Brasil e da Coréia do Sul, a Vale Pecém, fornecedora de minério de ferro para esta; a White Martins, produtora de gases industriais, subsidiária da norte-americana Praxair; e a Phoenix do Brasil, subsidiária da Phoenix Services, também dos EUA. Todas elas têm como característica terem como parceira básica a CSP. Como as operações entre empresas situadas dentro da ZPE são consideradas equivalentes a exportações, as fornecedoras de insumos ou de serviços para a CSP gozam dos benefícios das zonas de processamento de exportações. Note-se que a siderúrgica sozinha já ocupa uma área de 989 hectares, correspondente a um sexto de toda a área da ZPE.



Gate de entrada da ZPE do Ceará (foto do autor, 18/07/2017)

O preço unitário dos semi-industrializados de aço exportados desde o Porto do Pecém é inferior ao dos principais portos exportadores do país

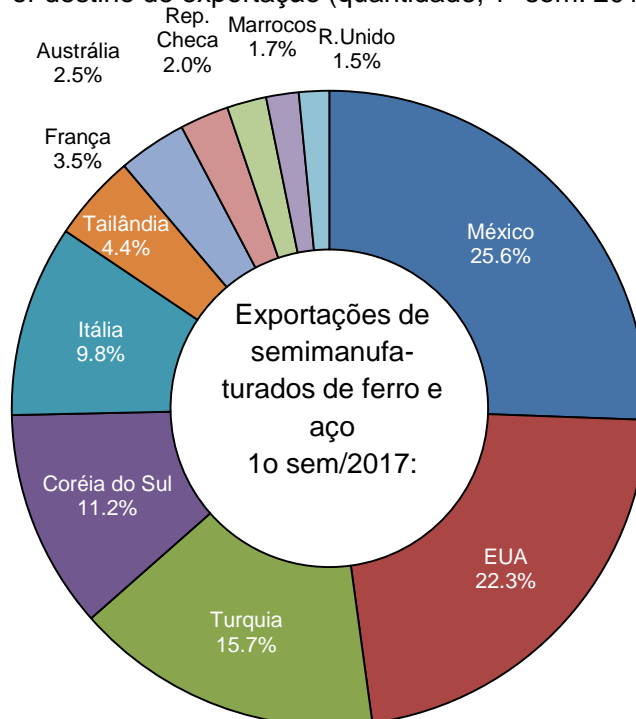
A CSP é uma siderúrgica que entrou em operação em junho de 2016, tendo como sócios as coreanas Posco (20%), Dongkuk (30%), além da Vale (50%). Dispondo de equipamentos de última geração, possui no estágio atual uma capacidade produtiva da ordem de 3 milhões de toneladas anuais de placas de aço¹. Sendo necessário destinar pelo menos 80% da receita bruta a exportações para poder operar na ZPE, a siderúrgica tem

¹ A Produção total de aço bruto em todo o país foi de 33 milhões de toneladas (dados do Instituto Aço Brasil em maio de 2017, acumulado dos últimos 12 meses).

como destinos principais da sua produção o México, Estados Unidos, Turquia, Coréia do Sul, Itália e Tailândia, entre outros países (figura 2). De acordo com colaboradores da CSP, a empresa praticamente não tem vendas para o mercado nacional, em parte devido às características da Zona de Processamento de Exportação, em parte devido ao momento atual do mercado interno.

Figura 2. Exportação de semimanufaturados de ferro e aço a partir do Porto do Pecém

Por destino de exportação (quantidade, 1º sem. 2017)



Nota: produtos de ferro e aço semiacabados, classificação tarifária SH: 7207.11 a 7207.20. Fonte: elaborado pela JETRO-SP com dados do MDIC.

De acordo com as estatísticas aduaneiras do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC), no período de janeiro a junho de 2017 foram exportadas 280 mil toneladas de placas de aço (SH: 7207.12), que em valores FOB daria US\$ 382 por tonelada. Numa comparação com Sepetiba e Vitória, os principais portos exportadores de semi-acabados de aço, percebe-se que o valor das exportações a partir de Pecém é menor (tabela 3). Embora não seja possível concluir disso que há uma competitividade exportadora maior para o porto cearense, uma vez que o próprio valor unitário da placa de aço varia de acordo com o tipo, pessoas relacionadas à CSP entendem que a siderúrgica

consegue operar com custo inferior ao da concorrência doméstica.

Tabela 3. Comparativo por portos das exportações de semimanufaturados de ferro e aço ((HS: 720712) para os EUA

	2016 (janeiro/dezembro)			2017 (janeiro/junho)		
	Valor (US\$ FOB)	Peso (t)	Preço unitário (US\$)	Valor (US\$ FOB)	Peso (t)	Preço unitário (US\$)
Pecém-CE	12.806.996	40.203	318,56	107.462.223	281.044	382,37
Sepetiba-RJ	395.766.495	1.282.262	308,65	233.918.426	556.399	420,41
Vitória-ES	253.378.867	770.241	328,96	197.269.354	460.264	428,60

Fonte: Elaborado pela JETRO-SP a partir de dados do MDIC.

Equipamentos de última geração, baixo custo e talentos de alta qualidade

São fatores que propiciam competitividade ao empreendimento: 1) equipamentos; 2) recursos humanos; 3) logística de aquisição de insumos e de exportação; e 4) incentivos fiscais.

Analisando na ordem, no primeiro fator, 1) equipamentos, vemos que a CSP conta com equipamentos no estado-da-arte, apta a atender demandas dos mais variados clientes do exterior, com investimentos da Posco e da Dongkuk. A siderúrgica dispõe ainda de sistema interno de geração de energia elétrica, vendendo o excedente para o grid nordestino. O ambiente propício para importar equipamentos de segunda mão, o que seria dificultado fora das ZPEs, viabilizou ainda investimentos em infraestrutura com custos reduzidos.

Quando ao segundo fator, recursos humanos, em julho a CSP contava com 2500 funcionários, 80% dos quais contratados na região. O Nordeste brasileiro, inerentemente, apresenta custo de mão de obra inferior ao Sul e ao Sudeste. Por exemplo, a renda mensal real média do Ceará é de R\$ 1.339,00 (no 1º trimestre de 2017 – fonte: IBGE), cerca de metade dos R\$ 2.769,00 de São Paulo. Segundo o pessoal da CSP, conflitos trabalhistas também são menores do que no Sul e Sudeste.

Embora de momento os cargos de gestão e técnicos sejam contratados fora da região, há um centro de treinamento profissional nas proximidades da ZPE, com expectativa de formação de pessoal qualificado local. De acordo com o Índice de Desenvolvimento da

Educação Básica (Ideb), publicado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), as escolas públicas de educação básica do Ceará, apesar do estado se situar no Nordeste, obtiveram índice 5,7 pontos, o que o coloca em 5º lugar no ranking nacional (tabela 4). Ainda segundo pesquisa realizada no mesmo ano, das 100 melhores escolas públicas de ensino fundamental do país, 77 estão situadas no Ceará, de forma que o ensino público desse estado nordestino em nada fica a dever para potências econômicas do centro-sul como São Paulo e o Rio de Janeiro.

Tabela 4. Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) por UF

Região	Estado	2005	2015
Sudeste	São Paulo	4,5	6,2
Sudeste	Minas Gerais	4,6	6,1
Sul	Paraná	4,4	6,1
Sul	Santa Catarina	4,3	6,1
Nordeste	Ceará	2,8	5,7
Centro-Oeste	Distrito Federal	4,4	5,6
Centro-Oeste	Goiás	3,8	5,6
Sudeste	Espírito Santo	3,9	5,5
Centro-Oeste	Mato Grosso	3,5	5,5
Sul	Rio Grande do Sul	4,1	5,5
Norte	Acre	3,3	5,3
Centro-Oeste	Mato Grosso do Sul	3,4	5,3
Norte	Rondônia	3,5	5,3
Sudeste	Rio de Janeiro	4,0	5,2
Norte	Roraima	3,6	5,1
Norte	Amazonas	2,9	5,0
Norte	Tocantins	3,4	5,0
Nordeste	Pernambuco	2,8	4,6
Nordeste	Piauí	2,6	4,6
Nordeste	Paraíba	2,7	4,5
Nordeste	Bahia	2,5	4,4
Nordeste	Maranhão	2,7	4,4
Nordeste	Rio Grande do Norte	2,5	4,4
Nordeste	Alagoas	2,4	4,3
Norte	Amapá	3,0	4,3
Norte	Pará	2,7	4,3
Nordeste	Sergipe	2,8	4,1

Fonte: JETRO-SP com base em dados do INEP

A existência de parceiros que assumem o suprimento de insumos, e as vantagens da proximidade do porto

O fator 3), aquisição de insumos, consiste na possibilidade de se obter minério de ferro a baixos custos, pelo fato da siderúrgica ser uma joint venture com participação da gigante mineradora Vale. Além disso, a sua localização permite receber minério não só de Carajás, no norte do país, quanto de Minas Gerais, no Sudeste, através de transporte marítimo de cabotagem.

De fato, os portos que embarcam minério de ferro para Pecém são Ponta da Madeira, no setentrional Maranhão (63%), e Vitória-ES, no Sudeste (37%), conforme resultados no semestre janeiro a junho de 2017 divulgados pela Companhia de Integração Portuária do Ceará (Cearáportos). Já o carvão mineral é importado diretamente da Austrália e da Colômbia para o porto do Pecém. Em ambos os casos, a carga é transportada diretamente do porto para a CSP via esteiras rolantes. As operações de suprimentos são realizadas pela Vale Pecém, empresa instalada na ZPE.

O porto do Pecém nasceu como um terminal de águas profundas, permitindo a atracação de embarcações de grande porte. Trata-se de uma instalação offshore com piers construídos sobre as águas, a saber, o píer 1 (calado de 15 metros e extensão de 350 m, para matérias-primas, cereais e cargas em geral); o píer 2 (calado de 15,5 metros e extensão de 398 m, para combustíveis); e o píer 3 (calado de 13,5 metros e extensão de 760 m, para matérias primas, cereais e cargas conteneirizadas). Frise-se que Pecém é considerado um terminal privado, operando 24 horas por dia.

Já a logística de exportação é efetuada por caminhões, que carregam placas de aço no trajeto de seis quilômetros até o porto. O Porto do Pecém localiza-se mais próximo da América do Norte e da Europa do que os portos do Sudeste. Num comparativo entre as rotas regulares, um navio que parte de Santos leva 17 dias chegar ao porto de Nova York, ao passo que saindo do Pecém, completa o percurso em 10 dias (fonte: Aliança Logística). Particularmente, para graneleiros, a ampliação do Canal do Panamá permitirá melhorar o acesso ao mercado asiático.



Estrada no interior do Complexo Industrial e Portuário do Pecém (em 18/07/2017, foto do autor).



Placas de aço antes do embarque no patio do Porto do Pecém (18/08/2017, foto do autor)



Terminal de containers do Pecém (18/07/2017, foto do autor)

Efeito dos incentivos fiscais chega a quase 20% do preço do produtos

O fator 4), incentivos fiscais, é representado pela redução de custos resultante dos benefícios concedidos. Segundo profissionais da CSP, seu efeito chega a cerca de 20% dos preços das placas de aço. Presumindo que cerca de 60% do preço das placas é de aquisição da matéria prima, poderíamos calcular hipoteticamente o valor dos benefícios. Minério de ferro (SH: 2601.11) não é onerado por Imposto de Importação (II) por ser obtido no mercado nacional; porém, incidem sobre ele os tributos não cumulativos criados para custear a previdência social (PIS e Cofins), com alíquota de 9,25%, e o Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), com alíquota de 18%. Já o carvão mineral (SH: 2701.12) é importado de países como Colômbia e Austrália. O II tem alíquota de 0%, mas o PIS e o Cofins sobre a importação têm alíquota de 11,75%, e ainda há o ICMS de 18%. Isso significa que, em condições normais, os insumos teriam uma carga tributária de aproximadamente 30%. Assumindo que 60% do preço do produto correspondente às matérias-primas, e que a empresa não precisa recolher esses 30% de tributos que se somariam a estes, constata-se que os benefícios fiscais proporcionariam efetivamente uma redução de custos da ordem de um pouco menos que 20%.

A tudo isso soma-se o fato de que a ZPE do Ceará situa-se na área de atuação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), o que daria a possibilidade de vantagens fiscais ainda maiores, como a diminuição da taxa pelo IRPJ em 75%

durante 10 anos, redução dos tributos municipais (como o ISS, imposto sobre serviços).

--- fim do segundo artigo ---

O ambiente de negócios em torno da ZPE Ceará – Parte 3:

As possibilidades do modelo de negócios proposto pela ZPE do Ceará

Por Yasushi Ninomiya

Para se fazer uso da ZPE do Ceará, é ideal que a empresa tenha uma estratégia de utilizar matérias-primas para as quais o Brasil tenha competitividade para exportar. Como as vendas dentro da ZPE contam como exportação, é possível ainda estudar negócios voltados para a própria CSP. Adicionalmente, a imprensa tem noticiado a existência de iniciativas surgindo no Complexo Industrial e Portuário do Pecém, como o investimento de uma empresa chinesa numa refinaria de petróleo, ou do projeto da estatal coreana de gás construir um terminal de gás natural liquefeito no Porto do Pecém. Este artigo é o último da série de reportes sobre o ambiente de negócios em torno da ZPE do Ceará.

Como visto nos artigos prévios, embora o fato de atuar numa ZPE a obrigue a obter 80% ou mais das suas receitas através de exportações, a CSP montou uma operação tal que maximiza os elementos que mantêm a sua competitividade internacional. Valendo-se do seu modelo de negócios como referência, as empresas japonesas terão dois direcionamentos para desenvolver empreendimentos nessa ZPE.

Estratégia de localização de insumos e negócios voltados para a CSP

Pela essência do seu conceito, as ZPEs impõem a obrigação de exportar. Assim, a estratégia de localização deve prever principalmente insumos para os quais a produção brasileira tenha competitividade internacional. Afora o caso da CSP, uma siderúrgica que processa minério de ferro, é possível conceber a industrialização de produtos agrícolas, pedras ou derivados de petróleo. Nesse caso, uma solução seria, como fez a CSP, estabelecer uma parceria com produtores locais que assumam parte do risco e assegurem o suprimento constante e barato de insumos.

Outra alternativa é o de fazer um negócio voltado para a própria CSP. Hoje, a siderúrgica tem a capacidade de produzir 3 milhões de toneladas anuais de placas de aço, mas de acordo com pessoas relacionadas à CSP, para assegurar sua rentabilidade, é necessário que ela tenha que expandir a produção para os seis milhões de toneladas originariamente planejados. As empresas japonesas podem então ingressar na ZPE como fornecedora da siderúrgica, captando as demandas que surgirão da necessidade da CSP ter que expandir seu investimento. Face, porém, ao risco de trabalhar com um cliente único, idealmente deverá também estabelecer um modelo de negócios que possibilite exportar no futuro, sem depender dela.

Inversamente, se a empresa prever um modelo voltado para o mercado interno, independente da obrigação de exportar, outra opção é investir no complexo industrial organizado junto ao Porto do Pecém. Embora este não disponha dos incentivos da ZPE, é possível usufruir da redução do IRPJ oferecida pela Sudene, bem como o regime de depreciação acelerada, havendo ainda, a depender do porte do investimento, a possibilidade de lhe serem aplicados benefícios relacionados a tributos estaduais ou municipais.

Tanto é que no CIPP (Complexo Industrial e Portuário do Pecém), estão instaladas a alemã Wobben Wind Power, que produz equipamentos para energia eólica, a Aeris Energy, de capital nacional, ou a Votorantim, fabricante de cimento. Em todos esses casos, a escolha deve ter se dado considerando o acesso ao mercado nordestino e a vantagem logística de estar situado ao lado de um porto.

Frise-se que o Porto do Pecém tem bom acesso a rodovias federais que seguem pelo litoral (BRs 116, 222 e 020), cuja infraestrutura passa por obras de melhoria que incluem a sua duplicação, sob a égide do PAC (Plano de Aceleração do Crescimento) da época do governo do PT.

Segundo a Pesquisa CNT de Rodovias de 2016, realizada pela Confederação nacional do Transporte, a avaliação das estradas cearenses fica abaixo da média nacional, mas dentro da média da região Nordeste (tabela 5).

Tabela 5. Avaliação das rodovias: Brasil e Ceará (%)

	Avaliação geral			Pavimento			Sinalização			Geometria da Via		
	Brasil	Nordeste	Ceará	Brasil	Nordeste	Ceará	Brasil	Nordeste	Ceará	Brasil	Nordeste	Ceará
Ótimo	11,6	3,7	2,7	44,4	47,7	39,3	14,0	4,6	1,4	5,0	1,7	2,8
Bom	30,2	33,2	32,9	7,2	6,0	2,6	34,3	28,5	52,9	17,1	15,3	11,3
Regular	34,7	33,6	36,5	35,8	34,1	47,2	29,1	32,8	28,9	27,9	29,7	23,9
Ruim	17,3	20,0	24,2	9,9	9,1	7,9	12,7	18,4	13,0	18,2	17,7	20,9
Péssimo	6,3	9,5	3,6	2,6	3,1	3,1	9,9	15,7	3,9	31,8	35,6	41,1

Fonte: Elaborado pela JETRO-SP com dados da Pesquisa CNT de Rodovias 2016

Ainda na logística terrestre, a Ferrovia Transnordestina Logística (FTL) opera uma linha férrea de 1.190 quilômetros de extensão que une os portos de Itaqui, próximo de São Luís-MA, Pecém e Mucuripe, na região de Fortaleza-CE, transportando basicamente combustíveis, celulose e cimento. A linha é privada, operada sob regime de concessão por uma sociedade liderada pela Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), de capital local.

Presença chinesa e coreana na ZPE do Ceará

Entre os investimentos nas proximidades do Porto do Pecém, além das coreanas sócias da CSP, há reportes da presença de empresas chinesas. O governo cearense firmou em novembro de 2016 um memorando de entendimento com a chinesa Guangdong Zhenrong Energy para a construção de uma refinaria de petróleo no estado. Em termos de refinarias, a Petrobras tinha um projeto para construir a chamada Refinaria Premium II nos arredores do Porto do Pecém, que foi abortado em janeiro de 2015 diante da crise administrativa da companhia, e o projeto previsto no memorando estaria posicionado para substituí-la. Segundo a imprensa, além da chinesa, a NIOC, a estatal iraniana de petróleo, também teria a possibilidade de investir, dentro de um pacote no qual seria o fornecedor do petróleo.² O projeto prevê o uso de recursos do Fundo Brasil-China para Expansão da Capacidade Produtiva (CBC-Fundo)³ com investimentos de ambos os países, cuja constituição foi anunciado em maio de 2017 pelos governos brasileiro e chinês. De acordo com o press-release de 14 de novembro de 2016 do governo cearense que divulgou a assinatura do memorando, a refinaria teria capacidade de processar 300 mil barris/dia, com um investimento estimado de US\$ 4 bilhões.⁴

Outro projeto que chama a atenção é a construção de um terminal de gás natural liquefeito no Porto do Pecém, pela estatal coreana de gás (Kogas). Objeto de um memorando de entendimento firmado em setembro de 2016 entre a empresa e o governo cearense, o projeto tem sido de análises visando a sua implementação. Atualmente, a Petrobras abastece o Ceará de gás natural utilizando uma FSRU (unidade flutuante de armazenamento e regaseificação), mas a imprensa tem noticiado planos da empresa de

² O Povo, 28 de janeiro de 2017 “Implantação de refinaria no Ceará deve ocorrer até 2018, diz Balhmann”

³ O Fundo terá no máximo US\$ 20 bilhões, dos quais até 15 bilhões expendidos pela China, cabendo os até 5 bilhões restantes ao Brasil. Os recursos do lado brasileiro devem vir de instituições estatais como a Caixa Econômica Federal ou o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Os setores prioritários para receber recursos serão infraestrutura, logística, energia, mineração, agroindústria, manufatura, tecnologias avançadas, agricultura, armazenagem de produtos agrícolas e serviços digitais. O governo brasileiro instituiu, através da Lei nº 9.063 de 30 de maio de 2017, o “Comitê Brasil-china de Cooperação para Expansão da Capacidade Produtiva”, que estabelecerá as diretrizes para a gestão do fundo.

⁴

<http://www.ceara.gov.br/sala-de-imprensa/noticias/18582-governador-assina-na-china-memorando-para-refinaria>

vender o equipamento, que tem capacidade de processamento diário de 700 metros cúbicos de gás. A ideia seria de substituí-la por um terminal de regaseificação a ser construído pela Kogas. O investimento seria de 600 milhões de dólares, com capacidade prevista de processar 1.200 metros cúbicos de gás natural. O noticiário dá conta ainda de que o projeto contaria com a participação da Companhia de Gás do Estado do Ceará (Cegas)⁵ e da coreana Posco E&C, entre outras.⁶

Cuidados a tomar: transporte por cabotagem e destino firme para exportar

Para concluir esta série de artigos onde procuramos descrever o ambiente de negócios e as tendências de negócios na ZPE do Ceará e no Complexo Industrial e Portuário do Pecém, descrevemos as precauções que o investidor deve tomar ao analisar projetos. O primeiro é o desafio do transporte marítimo costeiro.

A grosso modo, o setor de transporte de cabotagem de porta-contêineres é composto por um oligopólio de três armadores.⁷ Além do limitado número de linhas regulares que servem Pecém, há dificuldades para ter certeza do lead-time até a carga chegar, uma vez que os navios passam por vários portos antes de chegar ao Ceará⁸. Embora exista a alternativa do transporte terrestre, ferroviário ou rodoviário, é inegável que a qualidade da logística está em desvantagem quando comparada com o Sudeste, centro da economia nacional.

Outra questão a ser solucionada para ingressar na ZPE é conseguir compradores consistentes no exterior, essenciais para poder destinar 80% da receita ao exterior. A CSP tem buscado os mercados americano, europeu e asiático, mas segundo o pessoal da siderúrgica, não decorrem de contratos de longo prazo, mas vendas no mercado spot. O mercado internacional de derivados de aço opera com sobreoferta, agravada pela produção excessiva na China. Conquistar compradores constantemente nesse ambiente não deve ser uma tarefa fácil.

No entanto, o fato da CSP, mesmo em meio a esses desafios, estar em operação e expandindo suas exportações, pode ser visto como uma amostra do potencial latente da ZPE do Ceará. O problema da navegação de cabotagem tem sido encaminhado com a

⁵ A japonesa Mitsui & Co. anunciou investimentos na Cegas em dezembro de 2014. De acordo com o site da concessionária visitado em julho de 2017, a composição da empresa era de 41,5% para a Mitsui Gás e Energia, 41,5% para a Gaspetro, empresa de gás do grupo Petrobras, e 14,0% da Secretaria de Infraestrutura do governo cearense.

⁶ O Povo, 28 de março de 2017 “Coreana Kogas se reúne hoje com Petrobras”

⁷ As principais armadoras que realizam o transporte de carga containerizada são a Aliança Logística, Log-in Logística e Mercosul Line.

⁸ A programação de linhas regulares publicada no site da Log-In Logística, que presta serviços de cabotagem, mostra que um navio partindo de Santos-SP leva no mínimo seis dias até chegar a Pecém (visitado em 28 de julho de 2017).

renovação e expansão das frotas das empresas de navegação costeira, com uma tendência a melhoria dos serviços de transporte⁹. Embora haja ainda a obrigatoriedade de exportar 80% ou mais para se instalar na Zona de Processamento de Exportação, note-se que as vendas intra-ZPE são contabilizadas como exportação, e não há uma exigência de receita mínima para se gozar dos seus benefícios. O governo tem se preocupado com a questão da garantia de destinos constantes para as empresas nelas instaladas, tanto que apresentou em 2013 uma proposta de lei que prevê a redução da obrigatoriedade de exportar de 80% para 60%¹⁰. Embora a eventual aprovação ou não pelo Congresso ainda não esteja clara, o governo cearense tem atuado ativamente para atrair investidores de diversos setores, em parceria com o governo federal.

Ceará, estado com reputação de integridade financeira

Segundo documento da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan)¹¹, o Ceará é o estado brasileiro com a melhor situação fiscal do Brasil. Tomando-se como base a receita corrente líquida, o governo cearense apresentava um rateio melhor do que a média nacional de gastos com pessoal (49,3% contra a média nacional de 58,8%), de endividamento (43,6% contra 69,5%), de fluxo de caixa (14,3% contra 14,4%) e de investimentos (11,1% contra 5,7%), colocando-o, na avaliação global, como o melhor entre todos os estados em termos de condição financeira. Tal fato é essencial ao se considerar que há a margem financeira necessária para o estado disponibilizar a infraestrutura no entorno do Complexo Industrial.

A economia brasileira tende a sair do crescimento negativo da ordem de 3% que registrou nos dois últimos anos para finalmente retomar o crescimento positivo em 2017. Como visto até aqui, o Ceará apresenta potencial para se tornar um novo destino de investimentos no Brasil, e pode ser considerada uma das regiões a ser focada nas análises que as empresas farão em suas estratégias mirando a recuperação econômica.

⁹ De acordo com a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ), a frota de navios cargueiros de bandeira brasileira consistia de 169 embarcações, um aumento de 30% em relação às 129 de 2010.

¹⁰ Projeto de Lei no 5957/2013. O texto do Projeto inclui ainda um artigo que estende ao setor de serviços a possibilidade de atuar nas ZPEs, que pela regra atual, é restringida apenas à manufatura.

¹¹ FIRJAN (2017) "A situação fiscal dos estados brasileiros" *Conjuntura Econômica*, Abril.